



MINUTA DA ATA N.º 50/XIII-3º/2021-25

1 – Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, nas instalações da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, sita na Rua Francisco Martins, lotes B-C, na Freguesia da Sobreda, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Documento de Prestação de Contas de 2023 (SMAS)”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2023”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas 2023 – Município de Almada”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Almada Desportiva – Plano Estratégico Desenvolvimento Desportivo”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”;

3.8 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

(O presidente agradeceu à direção da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, pela cedência do espaço para a realização da Assembleia Municipal).

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), Irina Cristina Ludovico Tricamegy (eleita pelo CDS-PP), Gilberto Alexandre Ferreira Simões (eleito pela Aliança);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas



Pacheco; A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Inundação dos tanques da fábrica romana de salga em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2024, foi respondido em 29/02/2024;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Encerramento Parcial da Escola Secundária Anselmo de Andrade”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2024, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Sessões de Treino de cães gratuitas no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 16/01/2024, foi respondido em 21/03/2024;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 26/03/2024, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, foi respondido em 04/04/2024.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 43, 44, 45, 46/XIII-3º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por maioria com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes “Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”



5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes António Silva, Inês Pascoal, Augusto Flor, Diogo Mira, João Rocha, Maria Joaquina, Paulo Santos, Patrícia Brito, Sara Oliveira, Catarina Nave, Liliana Sousa, Palmerone Souza, Barbara Coelho, Martim Gonçalves, Sandra Pinto, Arnaldo Leite, Ricardo Martins, Vanda Gonçalves e Mário Marques.

Nesta sessão os trabalhos foram interrompidos por não estarem reunidas as condições para a mesma. Essa interrupção deverá constar na ata nos termos da al. e) do n.º 3 do art. 27.º do regimento.

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldês (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), Luís Filipe Palma (CDU), a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

6.1.1 – Pelo Falecimento de António Policarpo apresentado pelo Senhor Deputado João Eduardo Geraldês (CDU), (anexo 1).

6.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do Voto de Pesar, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.1.3 – O Voto de Pesar pelo Falecimento de António Policarpo foi aprovado por unanimidade.

6.1.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU).

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para apresentar uma Saudação sobre “Viva Abril, Viva a Democracia!” (Anexo 2);

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores” (Anexo 3);

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar uma Saudação ao “25 de Abril de 1974” (Anexo 4);

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio, o Dia do Trabalhador” (Anexo 5);

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Elaboração do Regulamento de Proteção e Bem-Estar Animal do Município de Almada” (Anexo 6);

6.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU), para apresentar uma Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático” (Anexo 7);

6.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU), para apresentar uma Saudação “50 anos a celebrar o 1º de Maio em Liberdade” (Anexo 8);

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria” (Anexo 9);

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica” (Anexo 10);

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD), para apresentar uma Moção sobre “As Terras da Costa” (Anexo 11);



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), João Eduardo Geraldês (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) José António Rocha (BE), António Francisco Salgueiro (PSD). (O Senhor Presidente da União das Freguesias da Charneca e Sobreda usou da palavra nos termos do n.º 4 do art. 47.º do Regimento acerca das propostas “Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria” e Abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica” ambas do CHEGA, cf. anexos 9 e 10, respetivamente).

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de abril, pelas 21H00.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Baptista Parreira, Débora Figueiredo Rodrigues, Gabriel Machado da Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira e Filipa Cruz.

9 – Foi verificada a presença de cerca de noventa munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____



VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de António Policarpo)

António Manuel Neves Policarpo nasceu no Bairro Operário do Alfeite, em 23 de janeiro de 1946, e faleceu aos 78 anos de idade, a 17 de abril de 2024, na sua terra Natal.

Frequentou na instrução primária na Escola de António José Gomes, na Cova da Piedade e o ensino comercial na Escola de Emídio Navarro. Em 1961, com apenas 15 anos de idade, ingressou no Arsenal do Alfeite como Aprendiz de Soldador. Ao longo da sua carreira foi membro destacado da Comissão de Trabalhadores, tendo-se reformado em 1996.

Militante do Partido Comunista Português, foi um destacado democrata e antifascista sempre ligado a atividades da Oposição Democrática ao regime fascista, empenhando-se desde muito novo na luta pela liberdade e pela democracia.

António Policarpo foi ativista em diversas campanhas eleitorais da Oposição Democrática, tendo integrado, por exemplo, o grupo de cidadãos que controlavam a 3ª Assembleia de Voto da Freguesia da Cova da Piedade nas “eleições” de outubro de 1969, mesa na qual se registou a vitória da Lista B, a Candidatura da Oposição Democrática.

Associativista, fez parte da Cooperativa Piedense, tendo sido eleito aos 21 anos para os Órgão Sociais da Cooperativa. Foi ainda membro ativo do Clube Desportivo da Cova da Piedade, da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, e cofundador do Centro Cultural de Almada e da Associação de Solidariedade Social “Alma Alentejana”.

Cidadão empenhado no desenvolvimento do seu Concelho, foi também um dedicado militante e promotor, defensor, divulgador e valorizador do património material e imaterial de Almada e das suas onze Freguesias, tendo sido destacado impulsor das Primeiras Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada, e membro ativo da organização do Primeiro Congresso dos Algarvios na Margem Sul do Tejo.

São da sua autoria os desenhos de reconstituição do património “O Chafariz e Bebedouro do Pombal - anos 60” e “Quinta do Pombal”, que figuram em imagens da obra “Almada Antiga e Moderna”, Roteiro Iconográfico III, Freguesia da Cova da Piedade, da autoria de Alexandre Flores, editado pela Câmara Municipal de Almada em 1990.

Realizou uma obra ímpar no particular domínio da história do movimento operário e da resistência em Almada, sendo autor, entre outros, de importantes estudos e trabalhos relacionados com a história local do Concelho de Almada e das suas Freguesias, destacando-se “A Torre Velha de Caparica”, “Bruxarias, Esconjuros e Superstições”, “Almada no Terramoto de 1755”, “Subsídios para a História da Indústria Naval em Almada”, “Um Estaleiro Naval na Praia do Outeiro”, “Subsídios para a História da Água em Almada”, “A Resistência em Almada em Vésperas da Revolução em 1640”, “25 de Abril de 1974, Memória Viva de há Vinte Anos”, “Pais fundadores: da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) e do Teatro Garrett”, “Quinta dos Frades: de Paço do Desembargador d'el-Rei a Museu da Cidade de Almada, 1366-2016”, “Memórias da nossa terra e da nossa gente: Freguesia de Almada”, “Bento António Gonçalves: vida e descendência em Portugal e Cabo Verde”, “A ermida de São Sebastião em Almada”, ou “Mulheres na história da água: aguadeiras e lavadeiras da Vila e Termo de Almada”.

Publicou ainda diversas obras em coautoria com diferentes autores, destacando-se as obras “Raul Pereira de Sousa: apontamentos biográficos (com Elsa de Sousa)”, “O Arsenal do Alfeite: Contributo para a História da Indústria Naval em Portugal” (com Alexandre Flores) e “Cova da Piedade da Primeira República ao 25 de Abril” (com Fernando Brito Mateus).



Sempre interessado no desenvolvimento do Concelho, no respeito pelo seu património e pelas suas raízes identitárias, António Policarpo foi assiduamente convidado para proferir palestras, tendo participado em centenas de sessões sobre a história e o património de Almada.

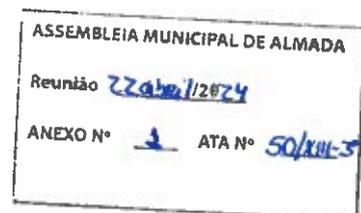
Igualmente interessado e profundo conhecedor de heráldica, tem também uma vasta obra como heraldista, encontrando-se representado em mais de quatro dezenas de vilas e freguesias do Continente, Açores e Madeira. É autor dos Brasões e Bandeiras das Freguesias de Almada, Cacilhas, Caparica, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Feijó, no Concelho de Almada, e das Freguesias de Corroios, Seixal e Paio Pires, no Concelho do Seixal.

No Poder Local Democrático, António Policarpo foi Deputado Municipal eleito pelo PCP na lista da APU/CDU no mandato de 1980-1983. Foi posteriormente vogal da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, nos mandatos de 1986-1990 e 1998-2002, assumindo a responsabilidade pelo Pelouro da Cultura. No mandato de 1990-1994 foi Presidente da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade. No desempenho das suas funções autárquicas, foi ainda Conselheiro da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

O falecimento de António Policarpo constitui uma perda de enorme dimensão na vida de toda a comunidade almadense. Desaparece fisicamente o Homem e Cidadão insigne, mas o seu legado de conhecimento e saber sobre Almada, sobre as suas gentes, sobre os seus espaços e sobre a sua cultura, permanecerão perenes na sua vasta obra e na nossa memória coletiva.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse a toda a sua família, em especial à sua Companheira de sempre Arlete, a todos os seus muitos e muitos amigos, a todos os agentes e atores culturais e do conhecimento em Almada, à Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências e a mais profunda solidariedade neste momento tão difícil em que todos perdemos o Homem Bom que foi, que é, o António Policarpo.

Sobreda, 22 de abril de 2024
O Grupo Municipal da CDU



SAUDAÇÃO

Viva ABRIL, Viva a DEMOCRACIA!

Este ano comemora-se o 50º aniversário do 25 de Abril de 1974. Momento para relembrar a história da resistência à ditadura fascista, de quem lutou contra a guerra colonial e contra a opressão.

Continua a ser fundamental fazer dessa memória a força para continuar o espírito de transformação e esperança, que fez nascer a nossa democracia, de um povo que saiu à rua com o futuro nas suas mãos. Da heroica revolução desencadeada pelos militares de Abril, conquistaram-se direitos, garantias e liberdades fundamentais para construir uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Algumas destas conquistas inalienáveis incluem o acesso à saúde, com a criação do SNS, a Escola Pública, o direito à habitação, direitos para os trabalhadores e trabalhadoras, o Estado Social, a Segurança Social, emprego com direitos, a implementação do salário mínimo, o direito à greve ou a liberdade sindical.

Hoje, vivemos tempos complexos. Com a democracia em estado de alerta, o regresso da barbárie e da desumanidade da guerra, o retrocesso social e civilizacional, o aumento das desigualdades e permanente ataque aos de baixo, aos trabalhadores e aos mais vulneráveis, evocar Abril é continuar o seu legado e preservar todas as conquistas populares que se alcançaram com a Revolução.

É continuar a dar voz a quem defende a Democracia, a Justiça Social e Ecológica e sobretudo não ter medo de enfrentar os perigos e desafios que temos pela frente, e dos que avançam com uma agenda de regresso ao passado alimentando-se do medo e da angústia das populações, dos mais desprotegidos e dos excluídos.

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais limitam o acesso a direitos. O racismo e a xenofobia não cabem no projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974.

Façamos destas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril um desígnio de todas e todos nós; é fundamental não deixar fechar as portas que Abril abriu – da liberdade de pensar e transformar, de continuar a construção de uma sociedade entre iguais, onde ninguém fique para trás.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22, 23 e 29 de Abril de 2024, delibera:

1. Comemorar o 50º aniversário da Revolução como uma data histórica que pôs fim ao Estado Novo, lembrando todos aqueles que se envolveram na dura luta contra a ditadura, com o compromisso de continuarmos nos dias de hoje a lutar pela Democracia e pelo cumprimento dos desígnios inscritos na Constituição da República Portuguesa.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22 abril 2024
ANEXO Nº	2
ATA Nº	50/XIII-3

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO, DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

O dia 1 de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, terá lugar num contexto marcado por guerras terrivelmente mortíferas, especialmente na Ucrânia e na Palestina. Reafirmamos o nosso compromisso com uma paz justa e duradoura no quadro do direito internacional, que não pode ser alcançada nas condições do agressor.

Em Portugal, os trabalhadores estão sob a ameaça de um novo plano para aumentar o número de “presentes” às empresas, o que agrava as desigualdades sociais. O programa do governo anuncia o que pretende para as políticas sociais e serviços públicos, na transição ecológica ou preparando mais um ataque aos trabalhadores, propondo-se alterar para pior o Código do Trabalho. Longe de “mudar” o país, apresenta a sua política ao serviço dos mais ricos, distribuindo dinheiro às empresas privadas, especialmente às maiores, sob a forma de isenções de contribuições sociais (ex.: prémio 15º mês) e da anunciada e calendarizada baixa do IRC.

Quanto aos salários, a sua proposta a concretizar em 2028, para o salário médio e mínimo é inferior ao que se pratica atualmente no Estado Espanhol, com milhares de trabalhadores com recibos de vencimento próximos do salário mínimo e outros tantos só mesmo com esse valor. O salário mínimo, os salários e as pensões devem, pelo menos, ser indexados aos preços. Há, por isso, uma necessidade urgente de aumentar salários e pensões.

A insegurança e a pobreza estão a ganhar terreno, especialmente entre os idosos e estudantes. Devemos aumentar os mínimos sociais, as bolsas de estudo e reformar urgentemente este sistema de ajuda para que todos possam viver e estudar em condições dignas. É fundamental exigir o reforço da proteção social, com uma oposição firme a projetos de contrarreforma que reduzem os direitos e ganhos dos trabalhadores.

Não aceitamos nenhum ataque às liberdades coletivas e individuais, em particular contra os mercados de trabalho e o direito de manifestação, bem como às liberdades sindicais.

O 1º de Maio deve também ser uma extensão das mobilizações do 8 de Março, pela igualdade real entre géneros, sobretudo tendo em conta que as mulheres recebem menos e, mais frequentemente, em situações precárias.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada Reunida nos dias 22,23 e 29 de Abril de 2024, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e a coragem de trabalhadores, jovens, estudantes, reformados e todos que exigem dignidade, democracia e progresso social, e que se manifestam contra a austeridade, pelo emprego com direitos, pelos salários e pensões dignas, pelos serviços públicos de qualidade, pela habitação, pela proteção social, pelas liberdades e pela paz justa e duradoura no mundo.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22.05.2024
ANEXO Nº	3
ATA Nº	50/XIII-3º



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Saudação

Ao 25 de Abril de 1974

Há 5000 anos na Suméria, tendo como suporte uma placa de argila e utilizando caracteres cuneiformes, foi gravada, pela primeira vez, a palavra AMARGI.

Esta palavra viria a representar a maior esperança de todos os povos.

A esperança de toda a população do planeta até aos dias de hoje.

Ao longo destes 5000 anos muitíssimas pessoas morreram pelo objetivo de a tornar uma realidade.

Em Portugal, graças aos militares que, de forma generosa e altruísta, nos proporcionaram o acontecimento que veio a constituir a mais longa estabilidade democrática da nossa história milenar, conseguimos pronunciar e viver a plenitude do seu significado.

A AMARGI dos Sumérios é a LIBERDADE que hoje respiramos diariamente.

Parecendo que foi ontem, estamos, contudo, a comemorar o 50º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Muita coisa mudou desde então.

As figuras que preponderaram em todo o processo nesse dia iniciado, começam a desvanecer-se por força da passagem dos tempos.

As mulheres e os homens que nasceram após essa data não sabem, felizmente, reconhecer a diferença entre o antes e o depois.

Foi todo um povo oprimido, impedido de sentir a força desta palavra escrita pela primeira vez há 5000 anos que se uniu ao movimento das forças armadas para todos juntos, realizarem a primeira e maior revolução pacífica da nossa história.

Foi realmente a Revolução dos Cravos e não a revolução pelas armas.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Foi realmente o momento em que a palavra LIBERDADE foi a mais proferida e aclamada das palavras. Foi a Palavra.

Ao vermos quão distante se encontra de muitos povos esta palavra, somos levados a assumir, todos, os de antes e os de depois do 25 de Abril de 1974 que, custe o custar, teremos de manter sempre presente a palavra LIBERDADE.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22, 23, e 29 de Abril de 2023, saúda o Dia da Liberdade, o 25 de Abril, o Povo português, e todas as conquistas que Abril nos deu.

Viva o 25 de Abril de todos os anos!

Viva a Democracia!

Viva Portugal em Liberdade.

Almada, 22 de Abril de 2024.

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Na Assembleia Municipal de Almada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22 abril / 2024
ANEXO N°	4
ATA N°	50/XIV-3°



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Saudação

Ao 1º de Maio, o Dia do Trabalhador

O Dia do Trabalhador foi assinalado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1886.

As massivas manifestações em Chicago e uma greve que se generalizou por toda a União foram o primeiro momento de uma longa caminhada, iniciada pelos trabalhadores em defesa dos seus legítimos direitos laborais e cívicos.

Em 1891, a França tentou reprimir violentamente as manifestações dos trabalhadores, que longe de esmorecerem, esses trabalhadores franceses mantiveram a sua luta até que, em 23 de Abril de 1919, o senado ratificou as 8 horas de trabalho e proclamou o dia 1º de Maio como feriado nacional e o Dia do Trabalhador.

Embora com iniciativas modestas em Portugal, o 1º de Maio começou a ser assinalado em 1890, caracterizando-se por reuniões de confraternização, com romagens aos cemitérios para homenagear os operários caídos pela defesa dos direitos laborais.

O movimento sindical foi, entretanto, evoluindo, tanto na organização das suas estruturas, como no quadro reivindicativo, tendo logrado a que o 1º de Maio em Portugal se consolidasse como um movimento e ação de massas.

Foi graças à tenacidade dos trabalhadores portugueses, organizados nas suas estruturas sindicais que, também em 1919, foi reconhecido o direito às 8 horas de trabalho para os trabalhadores do comércio e da indústria.

A luta dos trabalhadores portugueses não esmoreceu até que, finalmente, estavam preparados para receber e acarinhar a grande mudança personalizada pelo dia 25 de Abril de 1974.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Ao referirmos o dia 25 de Abril é igualmente importante falar-se da sua manifesta afinidade com a luta dos trabalhadores portugueses.

Importa por isso salientar que, não obstante as muitas dificuldades porque todos nós e, muito principalmente os trabalhadores, passamos e continuamos a passar, a verdade é que conseguimos, todos, garantir a continuidade da nossa democracia.

É, pois, importante que o reconheçamos, foi graças à capacidade do povo português no geral, mas, particularmente, ao assinalável esforço de todos os trabalhadores de Portugal, ao seu espírito de sacrifício e à sua força vontade que, não obstante os permanentes ataques e os interesses inconfessados, se mantêm os princípios porque lutam desde finais do século XIX.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22, 23, e 29 de Abril de 2023, saúda o Dia 1º de Maio, o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

Viva o 1º de Maio!

Viva os trabalhadores!

Viva a Democracia!

Almada, 22 de Abril de 2024.

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Na Assembleia Municipal de Almada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22 de abril/2024
ANEXO Nº	5
ATA Nº	50/1111-3º

RECOMENDAÇÃO

Elaboração do Regulamento de Proteção e Bem-Estar Animal do Município de Almada

É hoje incontestável, o direito à vida, à integridade física, psicológica e mental dos animais. A dignidade dos animais, tem vindo a ser reconhecida de forma transversal nas sociedades humanas e esse reconhecimento tem-se traduzido na evolução do código penal português, conferindo mais proteção aos animais.

O reconhecimento da dignidade dos animais, foi especialmente proclamado, de um ponto de vista legislativo, no artigo 13.º do Tratado de Lisboa, o qual reconhece a sentiência dos animais e exige que os Estados membros tenham em conta o seu bem-estar.

A nível nacional, a Lei n.º 92/95 de 12 de setembro, é já sensível ao tema do bem-estar animal, e na sua esteira, vários diplomas legais foram aprovados relativos a animais. A criminalização dos maus-tratos a animais através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, constitui, também, um elemento de especial relevância que demonstra que o legislador nacional está mais sensível às novas preocupações e valores éticos neste domínio.

A condescendência e tolerância perante atos de violência contra animais são, em suma, inaceitáveis nas sociedades atuais e estão em contracorrente com o desenvolvimento civilizacional e cultural dos valores éticos e, sobretudo, do novo quadro de conhecimento científico sobre os mesmos, sobre a sua sentiência e a sua consciência.

A proteção dos animais é por isso, uma exigência e anseio sentidos pela população de Almada, a qual condena a violência contra animais e a negligência no seu tratamento e exige que a mesma seja endereçada de forma eficaz. O Município de Almada está numa posição privilegiada para endereçar as preocupações da população neste domínio, uma vez que tem associações de proteção animal e cuidadores muito ativos e cooperantes, bem como a Provedoria dos Animais de Almada, cuja criação foi proposta pelo PAN em 2014 e finalmente implementada em 2020.

Apesar do trabalho desenvolvido no terreno pelos cuidadores e associações, bem como a evolução positiva da legislação em vigor no que concerne aos direitos dos animais e a salvaguarda do seu bem-estar, o município de Almada continua a ter graves problemas e carências no que diz respeito à defesa dos animais.

Nesse sentido, a criação do Regulamento de Proteção e Bem-estar Animal do Município de Almada pretende garantir a devida proteção dos animais do território do seu município. Pretende-se que este regulamento sancione devidamente os maus-tratos a animais, promova a saúde e o bem-estar dos animais, implementando programas de controlo e saúde de populações de animais de acordo com os mais exigentes critérios de bem-estar, discipline as condições de alojamento e comércio de animais, a detenção e circulação de animais, regule o apascentamento e a detenção de animais de pecuária, bem como implemente medidas destinadas a combater o abandono e a promover a adoção responsável.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22, 23 e 29 de abril de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a elaboração do Regulamento de Proteção e Bem-estar Animal do Município de Almada.

Pessoas - Animais – Natureza

**Margarida Paulos
(Deputada Municipal do PAN)**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22 abril 2024
ANEXO Nº	6
ATA Nº	50/XIII-24



MOÇÃO

(No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático)

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português.

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e,



consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

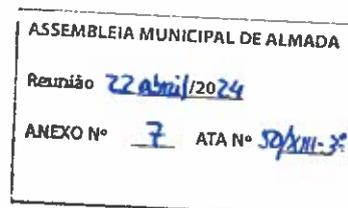
Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam.
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local.
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta.
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios.
5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas.
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.

22 de abril de 2024
O Grupo Municipal da CDU





SAUDAÇÃO (50 anos a celebrar o 1º de Maio em Liberdade)

A instituição do 1º de Maio como o “Dia Internacional do Trabalhador” é fruto da luta de muitos milhares de operários, primeiro em Chicago, depois noutras cidades norte-americanas, que pararam as fábricas e exigiram em enormes manifestações nas ruas melhores condições de vida e de trabalho, principalmente a redução do horário de trabalho que muitas vezes atingia as 17 horas diárias, luta que foi brutalmente reprimida pela polícia, mas que acabou por ter como resultado a conquista das 8 horas de trabalho diário. O reconhecimento internacional da importância desta conquista, traduziu-se mais tarde na consagração à escala mundial do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

No nosso País, era prática, durante o fascismo, dias antes desta do dia 1 de Maio, a PIDE e a GNR deterem os trabalhadores mais ativos, na tentativa de amedrontar e impedir a celebração desta data. Apesar disso, e da brutal repressão do regime fascista que se abatia sobre aqueles que ousavam manifestar-se, os trabalhadores portugueses sempre celebraram o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Depois de 48 anos de repressão, a 1 de Maio de 1974, as ruas foram inundadas pelo Povo – homens, mulheres, jovens, crianças, famílias -, a celebrar finalmente em Liberdade o Dia Internacional dos Trabalhadores. Foi a confirmação nas ruas do nosso País da esperança do Povo Português na construção de um País mais justo, fraterno e solidário.

Ao longo dos últimos 50 anos, confirmámos em cada luta vencedora, em cada derrota sofrida, que aos trabalhadores nada é oferecido. Tudo é fruto da sua luta, do seu esforço e coragem e do empenho diário dos sindicatos e dos seus dirigentes. Confirmámos que vale sempre a pena lutar pois quem luta pode ganhar, quem não luta perde sempre, sobretudo a dignidade.

Por isso, o dia 1º de Maio é simultaneamente dia de celebração e de homenagem, pelas pequenas e grandes conquistas alcançadas, pelas pequenas e grandes lutas travadas por milhões de homens e mulheres trabalhadores e pelas populações.

Mas o dia 1º de Maio permanece sobretudo como um dia de Luta!

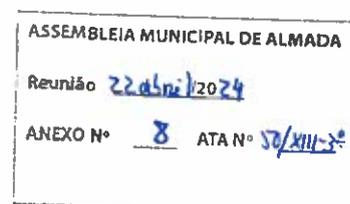
Pelo aumento geral e significativo dos salários, pelo aumento igualmente significativo das pensões e das reformas, pela melhoria das condições de vida, pelo combate à exploração. Pela afirmação dos direitos e valores de Abril, por um Portugal com futuro que garanta um novo rumo para o País, assente na valorização do trabalho e dos trabalhadores e no cumprimento dos direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa.

Só este caminho pode retirar os mais de dois milhões e cem mil pessoas em risco de pobreza no nosso País, pôr fim à realidade dos trabalhadores que empobrecem a trabalhar, combater a precariedade, regular os horários de trabalho, laboração contínua e o trabalho por turnos, investir nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, na Segurança Social, na Justiça e na Habitação.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Saudar todos os Trabalhadores portugueses, manifestando a mais profunda solidariedade com as lutas que desenvolvem pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida.
2. Apelar à mobilização das populações, dos trabalhadores e da juventude para que transformem o 1º de Maio numa ação de exigência pela mudança de que o País precisa, e pela afirmação de um País de progresso, livre e soberano ao serviço do seu Povo e pela Paz no mundo.

Sobreda, 22 de abril de 2024
O Grupo Municipal da CDU





MOÇÃO

Moção Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria

A proposta de uma nova travessia do Tejo entre Algés e Trafaria surge como resposta estratégica ao crescimento demográfico e económico assimétrico, observado na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A AML tem mostrado uma tendência de crescimento demográfico positivo, contrariando a tendência nacional de recessão. Em particular, a Península de Setúbal tem-se destacado como polo de crescimento, com um aumento significativo de população, o que impõe claros desafios em termos de mobilidade e acessibilidade.

Esta travessia é vista como crucial para aliviar a congestionada Ponte 25 de Abril, promovendo uma distribuição mais equilibrada do tráfego e facilitando o acesso entre as margens norte e sul do Tejo.

A travessia proposta não só melhorará significativamente a mobilidade urbana e regional, mas também estimulará o crescimento económico, apoiando projetos importantes em Almada.

Esta ligação rodoviária e de transporte coletivo está projetada para integrar-se com a rede de transportes existente, promovendo a utilização do transporte coletivo e contribuindo para um modelo de mobilidade mais sustentável.

Adicionalmente, esta proposta já recebeu amplo apoio em votações anteriores nesta Assembleia, refletindo o quase consenso sobre a sua relevância e urgência.

Com a recente mudança de Governo, é essencial reafirmar as ambições e necessidades da população de Almada, garantindo que o novo executivo esteja alinhado com os objetivos de longo prazo da região e comprometido com a realização deste projeto vital.

Dada a importância estratégica desta travessia para o desenvolvimento sustentável e equilibrado da região metropolitana, e considerando a



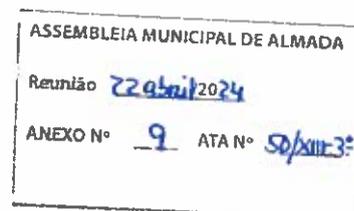
necessidade de dar continuidade aos esforços para a sua concretização, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

- Reafirmar o apoio a esta nova travessia do Tejo, recomendando ao Governo a análise e implementação desta ligação viária e de transporte coletivo entre Algés e Trafaria, dando prioridade à mobilidade sustentável através dos transportes públicos.
- Enviar esta moção formalmente ao primeiro-ministro, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, aos grupos parlamentares na Assembleia da República, garantindo que o projeto receba a atenção necessária e seja efetivamente priorizado nas agendas de desenvolvimento e planeamento de infraestruturas nacionais.

Esta moção visa reiterar o compromisso de Almada com a melhoria da mobilidade e o desenvolvimento regional, enfatizando a necessidade urgente de avançar com a nova travessia do Tejo, um projeto que desempenhará um papel fundamental na transformação da mobilidade urbana e regional.

Grupo Municipal do Partido Chega

Almada, 19 Abril de 2024





MOÇÃO

Moção Abolição do Pórtico da A33 na Charneca da Caparica

A mobilidade e acessibilidade são direitos fundamentais que devem ser garantidos a todos os cidadãos, facilitando a livre circulação e reduzindo as barreiras ao desenvolvimento económico e social. Neste contexto, o troço da A33 na Quinta da Queimada, na Charneca da Caparica, representa uma preocupação significativa para os residentes e trabalhadores da região. A implementação deste pórtico de portagem, desde a sua inauguração, tem sido fonte de considerável debate e insatisfação pública.

Esta portagem não só impõe um fardo financeiro aos moradores e àqueles que transitam diariamente rumo ao trabalho, como também provoca um desvio do tráfego para as vias internas da freguesia. Tal situação resulta em maior desgaste das infraestruturas rodoviárias e aumento da poluição ambiental, contrariando os esforços de sustentabilidade e eficácia no planeamento urbano e regional.

Além disso, com a recente mudança de Governo, é crucial que o novo executivo liderado pelo PSD esteja ciente dos problemas enfrentados pela população de Almada e do desejo local por melhorias nas condições de mobilidade. É imperativo que se inicie o diálogo e a ação no sentido de se resolverem estas questões de maneira rápida e eficaz, alinhando as políticas de mobilidade com as necessidades reais dos cidadãos e com o objetivo de promover uma maior justiça social e económica.

Assim, face aos desafios apresentados e reconhecendo a importância de uma mobilidade sem restrições para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade local, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão plenária, propõe:



1. Que seja exigido ao Governo do PSD a eliminação imediata das portagens no troço da A33 na Quinta da Queimada, na Charneca da Caparica, permitindo uma circulação mais fluída e menos onerosa para todos.
2. Que a Câmara Municipal de Almada intensifique as negociações com o Governo e as entidades responsáveis para garantir a implementação desta medida urgentemente, mitigando os impactos negativos no trânsito local e melhorando significativamente a qualidade de vida dos moradores da Charneca da Caparica.
3. Que esta proposta seja formalmente enviada ao primeiro-ministro, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, aos grupos parlamentares na Assembleia da República e à entidade gestora do troço, a Concessionária Baía Tejo, enfatizando a urgência e a importância desta medida para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população local.

Esta moção é apresentada com o firme propósito de atender às necessidades dos cidadãos de Almada e de avançar no caminho de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para o concelho.

Grupo Municipal do Partido Chega

Almada, 19 Abril de 2024

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22 abril / 2024
ANEXO N°	10
ATA N°	50/III-24



MOÇÃO

Pela Manutenção das Residências de 1ª Habitação dos Moradores das Terras da Costa

Considerando as questões que os moradores das Terras da Costa vieram apresentar na sessão da Assembleia Municipal de Almada, realizada em 3 de abril.

Considerando que todos os cidadãos têm direito bem como para as respetivas famílias a habitação adequada ao seu agregado familiar, com condições de salubridade e de comodidade que leve à preservação da privacidade pessoal e familiar.

Considerando que compete ao Estado apoiar e incentivar as iniciativas das comunidades locais e das populações no sentido de resolver os problemas habitacionais respetivos.

Considerando o momento atual em que se verificam a nível nacional e concelhio grandes carências habitacionais e que se encontram inscritas na Estratégia Local de Habitação do município.

Considerando que decorreu mais de século e meio, em que diversas famílias, bisavós, avós, pais e agora também trinets, bisnetos, netos e filhos moraram e trabalharam as Terras da Costa.

Considerando que é importante dinamizar um plano de reorganização da atividade agrícola nas Terras da Costa.

Considerando a importância da valorização e preservação dos solos agrícolas das Terras da Costa.

Considerando que o município assumiu querer realizar uma regularização com os agricultores e moradores na forma como aquelas terras são usadas e cultivadas num projeto que tem como objetivo unir todos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de abril de 2024, na Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau-Bau, decide:

1. Recomendar à Câmara Municipal que proceda ao levantamento de todas as situações habitacionais (levantamento cadastral) sobretudo das situações de primeira habitação;



2. Recomendar à Câmara Municipal que assegure os direitos das famílias envolvidas que se encontram neste território e que ali vivem em situação permanente principalmente as que não tem alternativas habitacionais noutra local;
3. Recomendar à Câmara Municipal que garanta que a vocação deste território, especialmente agrícola, se mantenha tendo em vista a promoção da agricultura local e sustentável que ali se pratica quase há duas centenas de anos.

Sobreda, 22 de abril de 2024

O Grupo Municipal do PSD

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião 22 abril/2024	
ANEXO Nº 11	ATA Nº 50/XM-3